



DECLARAÇÃO DE VOTO

Moção "Água, um bem de todos para todos"

Não é só o executivo municipal, mas também o CDS-PP de Alcochete e os seus eleitos que defende e reconhece a Água como um bem público essencial de responsabilidade colectiva competindo ao Estado assegurar a universalização da prestação de serviço de abastecimento de água, evitando a marginalização de populações mais desfavorecidas, quer naquelas que são as suas condições de vida, quer naquelas que são ditadas pela sua localização geográfica.

Para tanto, é necessária a definição de uma adequada política de financiamento global, que tenha em conta não só o custo de investimento e os encargos de exploração e manutenção dos sistemas existentes, mas também a necessidade da sua expansão e reabilitação, passando pela definição e acompanhamento de uma política tarifária que não pode deixar de ter em conta nem a necessidade de geração de fundos indispensáveis à garantia da qualidade do serviço a prestar, nem a sua dimensão social.

Em resumo, tem de ser tida em conta a distinta natureza das diferentes funções e utilizações da água, que fazem apelo a diferentes valores e para os quais têm de ser definidas prioridades, direitos e critérios de gestão distintos.

Por concordarmos que a água é um bem público e essencial, votamos favoravelmente a moção apresentada; Contudo, não podemos deixar de frisar que esta questão tem de ser tratada de forma séria, independente e responsável, sendo um assunto que não permite quaisquer formas de aproveitamento político, e por isso não concordamos com a parte da mesma moção em que se afirma que *"o actual governo PSD/CDS-PP, através de eufemismos linguísticos e políticas dissimuladas, tem procurado encobrir e negar as suas reais intenções."*

Aquilo que é apelidado no documento de "eufemismos linguísticos", é na verdade um exercício de interpretação jurídica, que não está ao alcance de muitos actores políticos não por incapacidade, mas por uma intencional vontade de subverter a real intenção do legislador. A privatização do sector da Água, tal como é apresentada, não resulta da letra da lei, nomeadamente da Lei n.º 35/2013, de 11/06, que por sua vez alterou e republicou a Lei n.º 88-A/97, de 25/07, uma vez que no n.º 6 do seu Art. 1º, abre a possibilidade de subconcessão a privados, o que implica, a existência prévia de uma concessão, e de entidade concedente, que terá sempre a intervenção do Estado, através de capitais públicos, facto que assegura a prossecução do interesse colectivo, uma vez que continua a ser o Estado a definir e a assegurar que a água é e continuará a ser um bem público.

Assim, esta bancada vota a favor da moção apresentada, reafirmando a Água como bem público essencial, estando o CDS-PP de Alcochete, como Direita democrática e Patriótica que assume ser, sempre ao lado da melhor opção para servir os interesses de Alcochete e de Portugal.

Alcochete, 30 de Outubro de 2014.

A bancada do CDS-PP

Patricio Pinto Ribeiro
João Ricardo Figueiredo Lopes
[Signature]